

CLÁUDIO HUMBERTO

POR: ANA PAULA LEITÃO E TERESA BARROS

claudiohumberto.com.br

@columach

“Em cada contrato, eles queriam propina”

Augusto Mendonça Neto, da Toyo Setal, explicando seus negócios com Renato Duque

Tucanos já desconversam sobre impeachment

Inseguros quanto ao crime de responsabilidade fiscal já apontado pelo Tribunal de Contas da União, os tucanos começam a desembarcar da proposta de impeachment de Dilma. As chamadas “pedaladas fiscais”, que constituem crime, ocorreram no primeiro mandato da atual presidente, mas o cauteloso senador Álvaro Dias (PSDB-PR), por exemplo, considera que a oposição “tem que ser responsável”.

Deputados insistem

O deputado Carlos Sampaio (PSDB-SP) alfineta senadores tucanos, dizendo preferir que a defesa de Dilma fique a cargo dos aliados dela.

Empurra

O impeachment tramitaria na Câmara, mas os senadores do PSDB acham que o Supremo Tribunal Federal é que deve abrir o processo.

Muita calma

O senador Aécio Neves acha que o melhor caminho é preparar o parecer e, com o fato jurídico embasado, aguardar o clamor das ruas.

Convença-me

Deputados tucanos se reúnem nesta sexta com o ex-presidente FHC, contrário ao impeachment. Senadores não devem ir ao encontro.

Encontro entre Cunha e Kassab racha PMDB

Parlamentares ligados a Renan Calheiros acusam o presidente da Câmara, Eduardo Cunha, de fazer um “jogo duplo” para enfraquecer o senador alagoano. O PMDB de Calheiros desconfia do encontro quase secreto que reaproximou Cunha do ministro Gilberto Kassab (Cidades), dono do PSD. A turma de Renan diz que o deputado cedeu ao jogo do Planalto para desmontar a hegemonia do PMDB no Congresso.

Deu certo

Após várias derrotas do Planalto pilotadas por Eduardo Cunha e Renan Calheiros, Dilma designou o vice Michel Temer para rachar a dupla.

Primeiro acordo

O café entre Cunha e Kassab não estava na agenda. Após a reunião “secreta”, o PSD votou favorável à terceirização, como Cunha queria.

Histórico

O PSD de Kassab foi o eleito de Dilma para diluir o poder do PMDB, motivo da irritação de Eduardo Cunha com o governo e com o ministro.

Briga é no PMDB

O Planalto avalia que Renan Calheiros cogita engavetar o projeto da terceirização mais para sacanear o rival Eduardo Cunha do que para adular Dilma. Ambos querem ser o interlocutor do PMDB no governo.

Vexame insepulto

Um ano após o erro no Ipea, quando o ex-diretor Rafael Guerreiro divulgou que 65% dos brasileiros apoiariam ataques a mulheres que mostram o corpo, o instituto ainda não empossou um substituto.

Mexendo no bolso

Vários deputados federais não levaram a sério as advertências do presidente da Câmara, Eduardo Cunha, e se surpreenderam com o desconto das faltas a votações. Ficaram furiosos.

Faltou, descontou

O presidente da CPI da Petrobras, deputado Hugo Motta (PMDB-PB), faltou a votações porque estava enrolado nos trabalhos da comissão, mas não foi perdoado: descontaram-lhe R\$ 7 mil dos vencimentos.

Petrobras no Senado

O presidente da Petrobras, Aldemir Bendine, foi intimado a comparecer terça (28) à Comissão de Infraestrutura do Senado, presidida por Garibaldi Alves (PMDB-RN), para falar sobre o afano que encontrou.

Adido fantasma

Katia Abreu (Agricultura) jura que nada sabe sobre o adido agrícola à embaixada do Brasil em Moscou. O camarada não aparece há um ano e meio na superintendência de Agricultura na Bahia, onde está lotado.

José Sarney, 85

O ex-presidente e ex-senador José Sarney completa 85 anos nesta sexta-feira (24). Ele não aceitou qualquer comemoração, exceto na intimidade da família, e decidiu permanecer em Brasília.

União caloteira

O tucano Beto Richa achou culpado pela pindaíba do Paraná. Acusa o governo federal de aplicar calote em R\$ 1,4 bilhão no Estado. O governador diz que, só na Saúde, o cano chega a R\$ 520 milhões.

Lá e cá

A Europa triplicou os recursos para patrulhar o Mediterrâneo e evitar morte de africanos que fogem de ditaduras e da fome. No Brasil, o que triplicou foi a falta de vergonha do fundo partidário.

PODER SEM PUDOR

Profissão: genro

O governador Plácido Castelo perfilou o secretariado no aeroporto, ao receber o marechal Castello Branco na primeira visita a Fortaleza após o golpe de 64. Castello parou diante do chefe da Casa Civil, de 21 anos: - Você é muito jovem. E a sua profissão? - Jornalista. - ...muito jovem, muito jovem... – balbuciava o presidente, impressionado. - ...e genro, presidente!... – completou o secretário, esclarecedor. Castello Branco deu uma sonora gargalhada. Estava diante de Dário Macedo, jornalista que depois faria uma carreira de sucesso em Brasília.



CPI DA ENERSUL

Aneel nega pagamento de mensalão a políticos

Auditoria, no entanto, encontrou indícios de fraudes na Enersul

CLODOALDO SILVA E ZANA ZAIDAN

A Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) descartou a existência de nomes de políticos na lista do mensalão da Enersul (Empresa Energética de Mato Grosso do Sul), quando administrada pelo Grupo Rede. Os oito nomes divulgados até agora são de funcionários do referido grupo. O sócio majoritário teria desviado cerca de R\$ 700 milhões e manteve uma folha de pagamento secreta com 35 pessoas, conforme auditoria da PwC (PriceWaterHouseCoopers).

A afirmação foi feita pelo diretor-geral da Agência, Romeu Rufino, aos integrantes da CPI da Enersul da Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul na noite de anteontem, quando o presidente da Comissão, deputado estadual Paulo Corrêa (PR), protocolou documento no qual fez nove pedidos de informação, entre eles “a lista dos nomes de todas as pessoas (físicas e jurídicas) beneficiadas pelo pagamento ‘confidencial’ de bônus e gratificações entre janeiro de 2010 e dezembro de 2014”.

Na reunião, Rufino assegurou que na lista classificada de “folha confidencial” só existem nomes de pessoas que eram funcionários da empresa. Ao ser indagado se há políticos nesta lista, respondeu: “Eu desconheço, era uma lista de ‘folha confidencial’, que eles (Enersul) pagavam aos administradores, não tem qualquer pessoa estranha ao Grupo Rede, era um bônus de resultados”.

O diretor da Aneel relatou que a auditoria da PwC (Pri-



DADOS. Rufino disse à CPI que a lista era de funcionários da empresa

ceWaterHouseCoopers) foi feita em todo Grupo, sendo que na Enersul foram encontrados vários problemas de gestão com indícios de fraude.

TARIFA

O diretor-geral explicou que as falhas detectadas pela auditoria não teriam impactado o valor da tarifa de energia elétrica cobrada pela Enersul. “Na minha visão, nada disso interfere na tarifa. A tarifa não é pelo custo, é pelo preço. Baseia-se no nosso valor de referência. Se paga mais que o valor de referência, é problema dela”, explicou.

INVESTIGAÇÃO

Além da CPI da Enersul, a Polícia Federal, o Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual, CVM (Comissão de Valores Mobiliários) e Banco Central estão investigando as irregularidades na gestão do Grupo Rede. O diretor-geral da Agência disse, ao ser indagado pelo deputado estadual Marquinhos Trad, que não pediu

ao TCU (Tribunal de Contas da União) a apuração dos fatos e nem para a Receita Federal, porque “o próprio delegado (da Polícia Federal) disse que não era necessário”, explicou Rufino.

APURADO

De acordo com as constatações da Consultoria - que integra o Inquérito Administrativo da CVM 06/2014, com mais de 1,5 mil páginas -, o Grupo Rede infringiu 21 artigos da Lei 6.404/76, que regula as sociedades por ações, entre os atos estão convocar assembleia de acionistas sem a devida divulgação, abuso de poder pelo acionista majoritário.

Na conclusão apresentada, a consultoria pede que a CVM investigue realização de “saques efetuados em contas da Enersul e Cemat, controladas da Rede, no banco Daycoval e no Bic Banco, em valor total de R\$ 185,3 milhões; transações em desacordo com as políticas da Rede com as empresas Elucid Solutions S.A e a RBGRQM

Participações S.A, que pertenciam à mulher do acionista controlador”.

No encontro, foram solicitados nove documentos pelos deputados, mas somente oito foram repassados pela agência reguladora aos parlamentares. O que restou é a cópia do contrato firmado entre o Grupo Rede e três empresas terceirizadas: a Elucid Solutions S/A, a RBGRQM Participações S/A e a Sonda Teatinos Participações Ltda. As três empresas pertencem à esposa de Jorge Queiroz (dono do Grupo Rede), Regina Beatriz Gordinho Rusca.

A CVM também vai apurar a falta de registro contábil do Programa de Universalização de Energia Elétrica, do governo federal, no valor de R\$ 200 milhões envolvendo Enersul e Cemat.



Saiba

Grupo Rede teria praticado fraude

O diretor-geral da Aneel, Romeu Rufino, admitiu indícios de fraude quando a Enersul era gerida pelo Grupo Rede, no entanto, assegurou para os deputados que isso não impactou na tarifa de energia paga pelo consumidor do Estado. Relator da CPI da Enersul, Beto Pereira (PDT), questionou a afirmação, e prometeu investigar a fundo se houve algum prejuízo

Auditoria considerou pagamento irregular

ZANA ZAIDAN

Oito nomes que constam na lista do suposto mensalão da Enersul são de funcionários do Grupo Rede, que administrava a concessionária de energia antes da venda para o Rede Energia, em abril de 2014. Os beneficiários teriam recebido mais de R\$ 2 milhões da empresa, entre 2010 e 2012. Os pagamentos são irregulares, diz auditoria da PwC (PriceWaterHouseCoopers), porque não foram autorizados pelo Conselho Diretor da Enerul.

A lista o inclui Jorge Queiroz de Moraes Junior, dono do Grupo Rede, e Carmem Campos Pereira, a diretora-presidente da empresa, que seria a maior favorecida pelo esquema. Em três anos, ela recebeu mais de R\$ 575 mil. Queiroz, por sua vez, ficou com R\$ 80 mil.

Também constam na relação de nomes Sidney Simonaggio, Cyro Vicente Bocuzzi, Edmir José Bosso, Valdir Jonas Wolf, Carlos Alberto de Oliveira e Lucas Leandro Muller. A ocupação dessas pessoas na

empresa não foi informada pelos deputados da CPI.

A relação completa de beneficiários teria 35 nomes, mas o presidente da comissão, Paulo Correa (PR), afirma que teve acesso, inicialmente, aos oito nome citados. A lista foi divulgada na manhã de ontem (23) por ele, no dia seguinte à reunião dos deputados com a Aneel, em Brasília.

LARANJA

No encontro, foram solicitados nove documentos pelos deputados, mas somente oi-

to foram repassados pela agência reguladora aos parlamentares. O que restou é a cópia do contrato firmado entre o Grupo Rede e três empresas terceirizadas: a Elucid Solutions S/A, a RBGRQM Participações S/A e a Sonda Teatinos Participações Ltda.

Segundo Paulo Correa, as três empresas pertencem à esposa de Jorge Queiroz (dono do Grupo Rede), Regina Beatriz Gordinho Rusca, mas estariam em nomes de laranjas, segundo ele.

INDENIZAÇÃO

PT irá propor parcelamento da dívida

TAVANE FERRARESI

Sem condições de pagar indenização à Francisleide Aparecida de Souza e Priscila de Souza, o Diretório Estadual do Partido dos Trabalhadores teve que concordar com a retirada, pela Justiça, dos bens existentes na sede estadual do partido em Campo Grande. Como não possuem em caixa o valor de quase R\$ 400 mil solicitados pelas requerentes, o PT estuda neste momento, uma forma de parcelar a dívida referente a danos morais e físicos sofridos em 1998, com

a explosão de fogos de artifícios numa carreata em prol do então candidato ao governo do Estado, José Orcírio Miranda dos Santos, o Zeca do PT.

Durante ato de campanha do petista, Francisleide e Priscila sofreram queimaduras pelo corpo com o estouro acidental de diversas caixas de rojão. Como os foguetes eram de propriedade do PT, a direção estadual do partido ficou com a responsabilidade de compensar os danos causados pelo incidente ocorrido na passeata.

Mas, desde então, o paga-

mento indenizatório não foi quitado pelo PT. Diante do impasse, a Justiça determinou, no início do ano, a retirada de todos os bens pertencentes ao diretório regional do partido. Foi assim que, nesta semana, Francisleide e Priscila conseguiram obter em móveis usados, cerca de R\$ 10 mil, dos quase R\$ 400 mil solicitados judicialmente.

Sobre a situação financeira do partido, o advogado Leonardo Saad confirmou não haver em caixa dinheiro suficiente para pagar a quantia requisitada pelas vítimas. “O

valor para efetuar o pagamento é muito grande e o partido não dispõe dessa quantia. Por isso, o interessante é fazer um acordo de pagamento parcelado”, declarou o advogado, que ressaltou ter havido várias propostas de acordo, sendo que todas elas foram rejeitadas.

“Tentamos fazer acordo outras vezes, mas não foi aceito. O partido está se reunindo para tentar adimplir com parcela a quantia. É de interesse do PT fazer acordo”.